



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639848 - TO (2021/0011205-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : PAULO ROBERTO VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO ROBERTO VIEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC N. 0014356-26.2020.8.27.2700).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, desde 2 de outubro de 2020, por prática de tráfico de drogas.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do réu.

Salienta que deve prevalecer a presunção de inocência, devendo ser substituída por outras cautelares menos afritivas, ainda mais em tempo de pandemia de covid-19, quando se sabe que os presídios estão superlotados e sem condições básicas de higiene.

Requer, liminarmente, seja o paciente colocado em liberdade ou que sejam fixadas outras cautelares diferentes da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Lembre-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

A decisão segregatória, ratificada pelo acórdão atacado, deixa claro que o paciente tem extensa ficha criminal (e-STJ fl. 54):

Coaduno com a manifestação ministerial: “Já quanto à análise da necessidade de manutenção da custódia cautelar; o flagranteado possui vasta ficha criminal conforme arquivos constantes do evento 11 dos autos, demonstrando estar envolvido no crime, tendo sido portando quantidade considerável de entorpecente

destinado a venda, o que demonstra que seu estado de soltura representa sério risco à ordem pública, razão pela qual nos opomos à sua liberdade provisória.” Desta forma, demonstra-se que outras medidas cautelares diversas da prisão, pelo menos por hora, não são suficientes para estancar a prática delituosa.

Mostra-se conveniente, portanto, para a instrução criminal que os conduzidos, pelo menos por ora, permaneçam recolhidos até a conclusão das investigações e o juiz criminal competente realize outras diligências à luz de sua vida pregressa, e assim decida quanto à manutenção da segregação.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fls. 92/93):

No que diz respeito ao pleito subsidiário de aplicação de medidas cautelares diversas do ergástulo e/ou substituição por prisão domiciliar, em face da pandemia provocada pelo coronavírus, este não merece prosperar.

A Recomendação nº 62 do CNJ, como o próprio nome diz, trata-se de uma recomendação, não sendo lei e, por isso, não tem força cogente.

Registro não desconhecer que a mesma estipula medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e recomenda a reavaliação das prisões provisórias.

No entanto, essa recomendação não reflete uma diretriz obrigatória no sentido de se ter de soltar, irrestritamente, todos aqueles que se encontram presos provisoriamente, mas sim, um elemento interpretativo a ser levado em consideração em cada caso concreto, tendo-se em conta o trazido aos autos por cada parte interessada.

De mais, em 18/03/2020, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 2, deixou de referendar a liminar proferida pelo ministro Marco Aurélio na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n.º 347, que “conclamou” juízes de todo o país a soltar presos que estão no grupo de risco do novo coronavírus.

Entendeu a Corte Suprema que as medidas para evitar a contaminação de presos foram tomadas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pelo Conselho Nacional de Justiça.

Há que se levar em conta também que diversas medidas foram tomadas pela Secretaria de Estado e Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins no sentido de se prevenir

o contágio do coronavírus nos estabelecimentos prisionais e garantir a saúde dos detentos e agentes penitenciários, como, por exemplo: suspensão das visitas e entrega de alimentos, cancelamento de atividade escolares e da transferência de detentos para dentro e fora do estado e, ainda, a fabricação de máscaras, pelos próprios detentos, que serão distribuídas para a população carcerária.

Deste modo, não pode prevalecer o argumento da pandemia do novo coronavírus para a liberdade provisória do Paciente, até porque, ao que tudo indica, com todas as medidas até então adotadas, o isolamento no estabelecimento prisional se mostra mais eficaz do que no convívio social, onde não se tem nenhuma garantia de que ele obedecerá o isolamento social.

(...)

Registre-se que o paciente não faz parte do grupo de risco que deixa a pessoa vulnerável ao coronavírus para justificar sua saída do estabelecimento prisional, pois não é idoso e não tem nenhuma doença crônica ou debilitante que seja incapaz de frear a covid-19. Vale mencionar, por fim, que o Paciente possui vasta ficha criminal, conforme certidões constantes no evento 11 do Inquérito Policial, o que reforça a necessidade de manutenção do ergástulo

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência